



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**



DANIELLY SIQUEIRA DE BRITO

**O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO SOB O PRISMA DO
ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – ECI**

**Teresina
2017**

DANIELLY SIQUEIRA DE BRITO

**O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO SOB O PRISMA DO
ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – ECI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do título de Bacharel, em Direito
pela Universidade Estadual do Piauí.

Orientador: Prof. Esp. Jhon Kennedy
Teixeira Lisbino.

Teresina

2017

DANIELLY SIQUEIRA DE BRITO

O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO SOB O PRISMA DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL - ECI

Monografia apresentada ao Curso de
Bacharelado em Direito na Universidade
Estadual do Piauí como exigência para a
conclusão do Curso de Bacharelado em Direito.

Prof. Espec. Jhon Kennedy Teixeira Lisbino – UESPI (Orientador)

Maria dos Remédios Lima do Nascimento

Elvis Gomes Marques Filho

Teresina, 12 de agosto de 2017.

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A aprovação desta Monografia não significará endosso do Professor orientador, da banca examinadora ou da Universidade Estadual do Piauí – UESPI às idéias, opiniões e ideologias constantes no trabalho. A responsabilidade é inteiramente da autora.

Teresina, 12 de agosto de 2017.

Danielly Siqueira de Brito

AGRADECIMENTOS

Aos mestres que compartilharam comigo além de conhecimento jurídico algo maior, suas experiências e valores, àqueles que foram sinônimo de dedicação e compromisso com o ensino, os quais terão meus eternos agradecimentos e admiração, por contribuírem de forma singular e significativa em minha formação profissional.

Ao meu orientador, por me presentear com este tema, me dando a oportunidade de debater algo tão importante e necessário ao meio social e à seara jurídica.

A todos os amigos que cooperaram na realização e conclusão deste estudo, através de críticas e palpites construtivos.

Em vez de ir contra a Constituição e os direitos fundamentais, o ECI pode servir para diminuir a distância entre o garantismo textual e a realidade desigual e desumana em diferentes quadras.

(CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo, 2015)

RESUMO

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência do Estado de Coisas Inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, tratando-se de exemplo de ativismo judicial em sua dimensão estrutural. Este trabalho é dedicado a analisar os pressupostos de sua configuração no Brasil. O presente quadro negativo decorre da violação massiva de direitos fundamentais no sistema prisional, que por sua vez é resultado da omissão Estatal - gerando verdadeiras falhas estruturais. A responsabilidade por essa grave situação deve ser atribuída aos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), tanto da União como dos Estados-Membros e do Distrito Federal. A proposta de tal ativismo pode ser uma possibilidade para o País, que diante da ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes mergulhou numa crise sem precedentes. Desta forma, esse comportamento judicial pode adotar remédios estruturais dirigidos a superar tal omissão inconstitucional, devendo o Tribunal proferir decisões flexíveis, determinando a formulação e implementação de políticas públicas, mas deixando aos poderes políticos a tarefa de definir o conteúdo e os meios dessas políticas.

Palavras-chave: Omissão inconstitucional – estado de coisas inconstitucional – ativismo judicial estrutural – sistema carcerário brasileiro.

SOMMARIO

La Corte Suprema ha riconosciuto l'esistenza dello stato delle cose incostituzionale nel sistema carcerario brasiliano, nel caso di esempio di attivismo giudiziario nella sua dimensione strutturale. Questo lavoro è dedicato ad analizzare i presupposti della propria configurazione in Brasile. Questa situazione negativa deriva dalla massiccia violazione dei diritti fondamentali nel sistema carcerario, che a sua volta è una conseguenza della mancanza dello Stato – al generare difetti strutturali reali. La responsabilità di questa grave situazione dovrebbe essere attribuita ai tre poteri (legislativo, esecutivo e giudiziario), sia della Unione e sia degli Stati membri e del Distretto Federale. La proposta per tale attivismo può essere una possibilità per il paese, che in assenza di misure legislative, amministrative e di bilancio efficaci è immerso in una crisi senza precedenti. Con questo comportamento il tribunale può adottare rimedi strutturali volti a superare tale omissione incostituzionale, deve il tribunale emettere decisioni flessibili, per determinare la formulazione e attuazione delle politiche pubbliche, ma lasciando le autorità politiche il compito di definire il contenuto e le risorse di tali politiche.

Parole-chiave: Omissione incostituzionale - stato di cose incostituzionale - strutturale attivismo giudiziario - sistema carcerario brasiliano

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ilustração com os dados oriundos do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN)	29
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CCC	Corte Constitucional Colombiana
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CF	Constituição Federal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECI	Estado de Coisas Inconstitucional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEP	Lei de Execução Penal
MJ	Ministério da Justiça
OEA	Organização dos Estados Americanos
PNASP	Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
STF	Supremo Tribunal Federal
SU	Sentencia de Unificación

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A ORIGEM DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS	13
2.1 ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) 347/DF-MC	13
2.1.1 Medidas Requeridas	19
2.1.1.1 Pedidos Principais:	19
2.1.1.2 Pedidos de tutela provisória:	20
A tutela provisória é uma tutela jurisdicional sumária e não definitiva.	20
2.1.1.2.1 Aos juízes e tribunais do País :	20
2.1.1.2.2 Ao CNJ:	21
2.1.1.2.3 À União:	21
3 A CRISE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	25
3.1 A TRAGÉDIA DO CÁRCERE BRASILEIRO EM DADOS	25
4 DA INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO AO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL.....	40
4.1 A INOBSERVÂNCIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	40
4.2 O ATIVISMO JUDICIAL COMO ALTERNATIVA AO “ESTADO DE COISAS FORA DO LUGAR”	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) surge no Brasil a partir do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, no dia 09 de setembro de 2015, pelo Supremo Tribunal Federal. Tal tese, de que de que pode existir um ECI e que a Suprema Corte do país pode atuar para corrigir essa situação surgiu na Corte Constitucional da Colômbia (CCC), em 1997, com a chamada *Sentencia de Unificación* (SU).

A crise que vive o sistema carcerário brasileiro é o pressuposto de tal alegação, pois a superlotação dos presídios e as condições degradantes do encarceramento denunciam verdadeira afronta generalizada aos direitos fundamentais dos custodiados, sendo unânime o reconhecimento de que são necessárias medidas urgentes para a mudança do quadro.

Este estudo objetiva analisar o contexto em que a expressão violação generalizada de direitos fundamentais é empregada, verificando para tanto, a sua precisão e hipóteses de abrangência, ou seja, o momento em que tal transgressão legitimaria o ECI; à vista disso, através de um diálogo crítico, será compreendido o motivo de tais fatores terem sido determinantes, para que a maior instância do poder judiciário, em sede de decisão cautelar no julgamento da ADPF 347, tenha reconhecido a ilicitude e a indignidade estrutural do sistema penitenciário, ao ponto de considerá-lo um Estado de Coisas Inconstitucional.

Neste sentido, buscou-se delinear no primeiro capítulo a origem do ECI, abordando os pressupostos que o ensejaram na Colômbia, ainda, quais os principais casos em que tal dispositivo foi utilizado naquele País e de que forma a Corte Constitucional Colombiana conduziu suas decisões, bem como os efeitos surtidos.

Em seguida, ainda neste capítulo buscou-se explanar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 - responsável por introduzir tal inovação na seara constitucional brasileira, priorizando sua fundamentação e quais os pedidos foram acolhidos pelo Supremo, bem como os principais

argumentos do relator.

Posteriormente no segundo capítulo, amparando-se através de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) - produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e dos dados do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP) buscou-se materializar um panorama da trágica realidade carcerária brasileira. O que também buscou ser corroborado através da abordagem de recentes casos de rebeliões em presídios, bem como, a título de exemplo, utilizou-se a mais recente contenda, na qual a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Brasil a tomar medidas que assegurassem os direitos humanos dos presos, no caso do Presídio de Curado, localizado em Recife, Pernambuco. De forma que o lastro empírico apresentado torne incontestes a tese de que o sistema carcerário brasileiro está tomado por um Estado de Coisas Inconstitucionais.

Entrementes, o último capítulo encarregou-se de discutir o desrespeito ao Pacto Internacional de Direitos Humanos pelo Brasil e a Lei de Execução Penal, não obstante, debateu-se a impossibilidade do Estado justificar sua omissão arguindo o princípio da reserva do possível, o qual deve observar o princípio do mínimo existencial, de forma que deve existir um equilíbrio entre ambos, priorizando as necessidades sociais.

Em seguida foi abordado o princípio da separação de poderes frente ao ativismo judicial, além de situar o reconhecimento do ECI como instrumento a combater a observada omissão do Poder Público – a depender o sucesso deste ativismo estrutural, a condição *sine qua nom* do devido apego ao rigor prático e metodológico.

No que tange à metodologia adotou-se o método hipotético dedutivo, sendo feita uma pesquisa quantitativa na abordagem do problema, quanto aos objetivos empregou-se a pesquisa do tipo bibliográfica, construindo-se um diálogo crítico perpassando pelas contribuições de diferentes autores sobre o tema em epígrafe.

2 A ORIGEM DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS

A crise que se instalou no Sistema Carcerário Brasileiro surge como justificativa de que o mesmo está inserido em um Estado de Coisas Inconstitucional (ECI). A ideia de que pode existir o ECI, e que a Suprema Corte do país pode atuar para corrigir essa situação, surgiu na Corte Constitucional da Colômbia (CCC), em 1997, com a chamada *Sentencia de Unificación* (SU).

2.1 ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) 347/DF-MC

Neste sentido, em maio de 2015 o Partido Socialista Brasileiro (PSOL), importando o dispositivo colombiano, ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), frise-se, perfazendo um caminho bastante diverso: em vez de uma ação civil pública, uma ação de controle abstrato de constitucionalidade, arguindo a tese de que o sistema penitenciário brasileiro vive um Estado de Coisas Inconstitucional.

Releva inferir que de forma similar ao Brasil¹, a Colômbia, também enfrenta descaso na efetivação de direitos fundamentais, bem como os alarmantes índices de desigualdade social motivos que levaram a Corte Constitucional Colombiana (CCC) a desenvolver postura ativista, sendo precursora deste mecanismo, o qual se apresenta contemporaneamente como um paradigma inovador, no que tange ao aperfeiçoamento da modelagem institucional rumo à pretendida implementação de políticas públicas que ensejem a efetivação de direitos fundamentais.

Para que se configure o ECI faz-se necessário a violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais, como produto da inércia ou incapacidade

¹ Segundo dados do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2013, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Colômbia e o Brasil são, respectivamente, o 3º e o 4º lugar entre os países mais desiguais por renda na América Latina, atrás apenas de Honduras e Bolívia e à frente do Chile (pág. 146/206).

reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura do problema, neste sentido, tais omissões restam por caracterizar verdadeiras falhas estruturais.

A primeira oportunidade em que a CCC precisou declarar o ECI foi na *Sentencia de Unificación* (SU) – 559, de 1997². Oportunidade em que 45 professores dos municípios de *María La Baja* e *Zambrano* tiveram os seus direitos previdenciários não respeitados pelas autoridades locais. Neste caso, a CCC voltou-se a investigar o ocorrido. Sendo detectadas falhas estatais por trás das violações dos direitos, ainda, que o descumprimento da obrigação citada era generalizado, de forma a atingir um número amplo e indeterminado de professores, pois atingia muito além dos professores que haviam ajuizado a demanda, segundo a corte tal falha não poderia ser atribuível a um único órgão, e sim que seria estrutural. Havia, segundo os juízes, uma deficiência da política geral de educação com origem na distribuição desigual dos subsídios educativos, feita pelo governo central, em favor das entidades territoriais.

Segundo análise de Campos³, a CCC ante o reconhecimento da complexidade da situação buscou além de assegurar os direitos específicos dos demandantes nos respectivos fundos previdenciários locais, também cuidou em tutelar os direitos fundamentais que estavam ameaçados de forma objetiva. Foi aí que a corte declarou o que denominou ser um “dever de colaboração” com os outros poderes, proferindo decisão que não se limitou às partes do processo: proclamou o ECI; em seguida, determinou aos municípios, que se encontrassem em situação análoga, a correção da inconstitucionalidade em prazo razoável; e ordenou que fossem expedidas cópias da sentença aos Ministros da Educação e da Fazenda e do Crédito Público, ao Diretor do Departamento Nacional de Planejamento, aos Governadores e Assembleias, aos Prefeitos e aos Conselhos Municipais para providências práticas e orçamentárias.

A CCC, posteriormente, também declarou o ECI para reduzir a mora da Caixa Nacional de Previdência em responder petições de aposentados e pensionistas dirigidas a obter recálculos e pagamentos de diferenças das

²*Sentencia de Unificación* (SU) – 559, de 1997. Disponível em: < <http://www.corteconstitucional.gov.co/RELATORIA/1997/SU559-97.htm>> Acesso aos 10/06/2017.

³CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *O Estado de Coisas Inconstitucional*. 1º ed. Salvador, Juspodivm, 2016. pág.111.

verbas previdenciárias⁴; determinar a realização, em âmbito nacional, de concurso público para notário ante a omissão do Estado em organizar o certame⁵, ordenar a confecção de políticas⁶ públicas eficientes de proteção dos defensores de direitos humanos no país, e remediar o atraso sistemático no pagamento, por entidades territoriais, das verbas de aposentadoria⁷.

Algo que pode ser concluído observando as decisões da Corte colombiana, segundo Campos⁸, é que em todos os casos em que a CCC empregou o ECI, esteve presente a violação generalizada de direitos e a existência de falhas estruturais. Ainda, para reconhecer o estado de coisas inconstitucional, a Corte Constitucional da Colômbia exige que estejam presentes as seguintes condições: (i) vulneração massiva e generalizada de direitos fundamentais de um número significativo de pessoas; (ii) prolongada omissão das autoridades no cumprimento de suas obrigações para garantia e promoção dos direitos; (iii) a superação das violações de direitos pressupõe a adoção de medidas complexas por uma pluralidade de órgãos, envolvendo mudanças estruturais, que podem depender da alocação de recursos públicos, correção das políticas públicas existentes ou formulação de novas políticas, dentre outras medidas; e (iv) potencialidade de congestionamento da justiça, se todos os que tiverem os seus direitos violados acorrerem individualmente ao Poder Judiciário⁹.

Releva inferir, que a CCC decidiu em benesse não apenas dos demandantes e nem em desfavor somente das autoridades demandadas. Ao declarar o ECI, a mesma procurou beneficiar todos aqueles em situações similares, dirigindo ordens em face de todas as autoridades públicas cujas ações seriam necessárias para corrigir as falhas sistêmicas e estruturais.

Entrementes, foram dois os casos mais notáveis em que a CCC empregou o ECI: do sistema carcerário e o “deslocamento” de pessoas em

⁴ *Sentencia* T-068, de 5 de março de 1998. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/t-068-98.htm>>. Acesso aos 10/06/2017.

⁵ *Sentencia* SU – 250, de 26/5/1998. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/RELATORIA/1998/SU250-98.htm>> Acesso aos 10/06/2017.

⁶ *Sentencia* T-590, de 20/10/1998. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/T-590-98.htm>>. Acesso aos 10/06/2017.

⁷ *Sentencia* T – 525, de 23/7/1999. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1992/T-525-92.htm>>. Acesso aos 10/06/2017.

⁸ CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *O Estado de Coisas Inconstitucional*. 1º ed. Salvador, Juspodivm, 2016.pág.134.

⁹ STF. Plenário. *ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio*, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798).

razão da violência interna, os *desplazados*¹⁰. O primeiro foi em relação ao quadro de superlotação das penitenciárias do país. Na *Sentencia de Tutela* (T) – 153, de 1998¹¹, estiveram em pauta o problema da superlotação e das condições desumanas das Penitenciárias Nacionais de *Bogotá* e de *Bellavista de Medellín*. A Corte, todavia, apoiada em dados e estudos empíricos, baseados na experiência e observação, constatou que o quadro de violação de direitos era generalizado na Colômbia, além de estar presente nas demais instituições carcerárias do país. Oportunidade em que o judiciário enfatizou a superlotação e o domínio da violência no sistema carcerário como problemas nacionais, e de responsabilidade referente aos demais poderes.

A CCC relatou a existência de violação massiva aos direitos dos presos, à dignidade humana e a um amplo conjunto de direitos fundamentais, o que intitulou como “tragédia diária dos cárceres”. Ante a notória ausência de políticas públicas voltadas, ao menos, a minimizar a situação, a CCC: declarou o ECI; a partir daí ordenou, que fosse elaborado um plano de construção e reparação das unidades carcerárias; determinou ao Governo nacional que providenciasse os recursos orçamentários necessários; exigiu, por parte dos Governadores a criação e manutenção de presídios próprios; e requereu ao Presidente da República medidas necessárias para assegurar o respeito dos direitos dos internos nos presídios do país.

Infelizmente, conforme destaque de CAMPOS (2016, p. 119):

A execução dessas ordens não alcançou, todavia, grande sucesso ante a falta de monitoramento, pela própria CCC, da fase de implementação da decisão. Ao fim, o papel da Corte foi, principalmente, o de chamar a atenção para o tema.

O segundo caso ocorreu coma *Sentencia T-025*, de 2004¹², tal decisão é considerada como a mais ambiciosa¹³ da CCC e a mais importante nessa esteira, por ter tutelado o direito de moradia de aproximadamente 1.150

¹⁰Termo utilizado para identificar as vítimas “deslocamento forçado” no País, devido a violência provocada principalmente pelo grupo de guerrilheiros as FARC.

¹¹*Sentencia* T-153, de 28 de abril de 1998. Disponível em: < <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/t-153-98.htm>>. Acesso aos 10/06/2017.

¹²*Sentencia* T 025, de 2004. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2004/t-025-04.htm>>. Acesso aos 10/06/2017.

¹³VIEIRA, José Ribas, e BEZERRA, Rafael. *Estado de Coisas Fora do Lugar* (?). Coluna OJB/UFRJ, em 5 out. 2015. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/estado-de-coisas-fora-lugar-05102015>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

famílias (cinco milhões de pessoas) em situação de despejo forçado em áreas de plantação de coca, as pessoas eram forçadas a migrar dentro do território colombiano, a contra gosto, as famílias abandonavam seus lares e suas atividades econômicas por estarem expostos a ações violentas praticadas, principalmente pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – considerado um grupo terrorista pelo governo colombiano.

Em melhor análise feita por Vieira¹⁴ depreende-se que tal situação teve início ainda nos anos 1960, intensificando-se nos últimos 25 anos, fato que, obrigou “11,4% da população colombiana a mudar de residência, porque sua vida, integridade física ou liberdade ficaram vulneráveis ou ameaçadas”, bem como, ocasionou a morte de aproximadamente 220.000 pessoas. Em face da sua amplitude, este caso foi considerado um dos mais graves problemas de direitos humanos vivenciados na Colômbia. Mais uma vez as autoridades competentes ignoraram as condições às quais se submetiam essas pessoas durante e depois dos deslocamentos. O que levou a CCC reconhecer o ECI, pois a locomoção interna forçada dessas pessoas havia causado uma violação massiva de direitos humanos, bem como que a política pública adotada pelo Estado para ocupar-se do problema era incoerente, insuficiente e não estava baseada adequadamente nos padrões internacionais de direitos humanos.

Para se ter idéia a CCC examinou, de uma vez, 108 pedidos de tutelas formulados pelos 1.150 núcleos familiares deslocados. As pessoas atingidas, segundo Vieira¹⁵, eram seguimentos sociais já marginalizados, tais como, as comunidades indígenas e afrodescendentes, os cidadãos colombianos em pior situação socioeconômica do país.

Ainda, conforme pontua Vieira:¹⁶

Durante décadas, a resposta do Estado ao problema das pessoas desalojadas foi a indiferença e a inépcia, haja vista a inexistência de programas estatais de assistência social, a insuficiência de recursos públicos destinados a ações sociais ou a sua inadequação.

¹⁴VIEIRA, José Ribas; LACOMBE, Margarida; LEGALE, Siddharta (Coordenadores). *Jurisdição constitucional e direito constitucional internacional*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 250 p. ISBN 978-85-450-0196-6. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br>>. Acessado em 13/05/2017. (pág. 41).

¹⁵*Idem*.

¹⁶*Ibidem*, (pág.44).

Neste sentido, a CCC mais uma vez formulou remédios não só em favor dos que pleitearam as tutelas, senão também das outras pessoas que se encontravam na mesma situação. A Corte culpou a precária capacidade institucional dos outros poderes para o desenvolvimento, implementação e coordenação das políticas públicas necessárias.

No entanto, os juízes não exerceram diretamente as competências dos demais poderes, pois foi determinado a formulação de novas políticas públicas, leis e um marco regulatório eficientes para proteger, para além dos direitos individuais dos demandantes, mas sim a dimensão objetiva dos direitos envolvidos. Com isso, as ordens foram direcionadas a um número elevado de autoridades públicas e, desta vez, tal fato foi preponderante para que surtisse bons efeitos práticos, isto se deve ao fato de que a CCC, não permaneceu adstrita aos termos de sua sentença, pois monitorou a fase de implementação.

Ou seja, nesse monitoramento, a Corte demandou a remessa periódica de informações por parte das diferentes autoridades públicas envolvidas, e realizou audiências públicas, das quais participaram diversas organizações da sociedade civil, em que funcionários estatais prestaram contas à Corte a propósito das medidas adotadas. Este mecanismo, além de assegurar uma maior eficácia da decisão, também conferiu maior legitimidade e transparência ao processo, por meio de amplo diálogo entre a Corte, os beneficiários da sentença, as autoridades demandadas e a sociedade civil colombiana.

Conforme o exposto depreende-se, que tanto lá, como aqui, vivenciam-se realidades de profunda e massiva violação de direitos humanos, sendo que os dois últimos casos relatados serviram de paradigma para a recente recepção no plano da jurisdição constitucional brasileira: o instituto jurídico do Estado de Coisas Inconstitucional.

A ADPF *suso* mencionada, escrita pelo constitucionalista Daniel Sarmento, buscou defender que o cárcere brasileiro viola massivamente preceitos fundamentais da Constituição Federal, e principalmente, direitos fundamentais dos custodiados. Para tanto, enumera os seguintes pressupostos determinantes do ECI: violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais; inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura; situação que exige a atuação não apenas

de um órgão, mas sim de uma pluralidade de autoridades para resolver o problema.

A ação foi proposta contra a União e todos os Estados-membros, requerendo que a Corte determinasse à União e aos Estados a tomada de uma série de providências com o objetivo de sanar as lesões aos direitos dos presos.

2.1.1 Medidas Requeridas

Abaixo a variedade de pedidos que foi apresentada ao STF no intuito de resolver a situação.

2.1.1.1 Pedidos Principais:

- a) Declarar o estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro;
- b) Confirmar as medidas cautelares;
- c) Determinar ao Governo Federal que elabore e encaminhe ao STF, no prazo máximo de 3 meses, um plano nacional ("Plano Nacional") visando à superação do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, dentro de um prazo de 3 anos;
- d) Submeter o Plano Nacional à análise do Conselho Nacional de Justiça, da Procuradoria Geral da República, da Defensoria Geral da União, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Nacional do Ministério Público, e de outros órgãos e instituições que queiram se manifestar sobre o mesmo, além de ouvir a sociedade civil, por meio da realização de uma ou mais audiências públicas;
- e) Deliberar sobre o Plano Nacional, para homologá-lo ou impor medidas alternativas ou complementares, que o STF reputar necessárias para a superação do estado de coisas inconstitucional. Nesta tarefa, a Corte pode se valer do auxílio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça;
- f) Após a deliberação sobre o Plano Nacional, determinar ao governo de cada Estado e do Distrito Federal que formule e apresente ao STF, no prazo de 3 meses, um plano estadual ou distrital, que se harmonize com o Plano Nacional homologado, e que contenha metas e propostas específicas para a superação do estado de coisas inconstitucional na respectiva unidade federativa, no prazo máximo de 2 anos;
- g) Submeter os planos estaduais e distrital à análise do Conselho Nacional de Justiça, da Procuradoria Geral da República, do Ministério Público da respectiva unidade federativa, da Defensoria Geral da União, da Defensoria Pública do ente federativo em questão, do Conselho Seccional da OAB da unidade federativa, e de outros

órgãos e instituições que queiram se manifestar. Submetê-los, ainda, à sociedade civil local, em audiências públicas a serem realizadas nas capitais dos respectivos entes federativos, podendo a Corte, para tanto, delegar a realização das diligências a juízes auxiliares, ou mesmo a magistrados da localidade, nos termos do art. 22, II, do Regimento Interno do STF;

h) Deliberar sobre cada plano estadual e distrital, para homologá-los ou impor outras medidas alternativas ou complementares que o STF reputar necessárias para a superação do estado de coisas inconstitucional na unidade federativa em questão. Nessa tarefa, mais uma vez, a Corte Suprema pode se valer do auxílio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça;

i) Monitorar a implementação do Plano Nacional e dos planos estaduais e distrital, com o auxílio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça, em processo público e transparente, aberto à participação colaborativa da sociedade civil, até que se considere sanado o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro;

j) Nos termos do art. 6º e §§ da Lei 9.882, o Arguente requer, ainda, a produção de toda prova eventualmente necessária ao deslinde desta Arguição, tais como a requisição de informações adicionais e designação de perito ou comissão de peritos. (ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015).

2.1.1.2 Pedidos de tutela provisória¹⁷:

A tutela provisória é uma tutela jurisdicional sumária e não definitiva.

2.1.1.2.1 Aos juízes e tribunais do País :

a) Determine a todos os juízes e tribunais que, em cada caso de decretação ou manutenção de prisão provisória, motivem expressamente as razões que impossibilitam a aplicação das cautelares alternativas à privação de liberdade, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal;

b) Reconheça a aplicabilidade imediata dos arts. 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, determinando a todos os juízes e tribunais que passem a realizar audiências de custódia, no prazo máximo de 90 dias, de modo a viabilizar o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária em até 24 horas contadas do momento da prisão;

c) Determine aos juízes e tribunais brasileiros que passem a considerar fundamentadamente o dramático quadro fático do sistema penitenciário brasileiro no momento de concessão de cautelares penais, na aplicação da pena e durante o processo de execução penal;

d) Reconheça que como a pena é sistematicamente cumprida em condições muito mais severas do que as admitidas pela ordem

¹⁷ STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798).

jurídica, a preservação, na medida do possível, da proporcionalidade e humanidade da sanção impõe que os juízes brasileiros apliquem, sempre que for viável, penas alternativas à prisão;

e) Afirme que o juízo da execução penal tem o poder-dever de abrandar os requisitos temporais para a fruição de benefícios e direitos do preso, como a progressão de regime, o livramento condicional e a suspensão condicional da pena, quando se evidenciar que as condições de efetivo cumprimento da pena são significativamente mais severas do que as previstas na ordem jurídica e impostas pela sentença condenatória, visando assim a preservar, na medida do possível, a proporcionalidade e humanidade da sanção;

f) Reconheça que o juízo da execução penal tem o poder-dever de abater tempo de prisão da pena a ser cumprida, quando se evidenciar que as condições de efetivo cumprimento da pena foram significativamente mais severas do que as previstas na ordem jurídica e impostas pela sentença condenatória, de forma a preservar, na medida do possível, a proporcionalidade e humanidade da sanção. (ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015).

2.1.1.2.2 Ao CNJ:

g) coordenar um ou mais mutirões carcerários, de modo a viabilizar a pronta revisão de todos os processos de execução penal em curso no país que envolvam a aplicação de pena privativa de liberdade, visando a adequá-los às medidas “e” e “f”. (ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015).

2.1.1.2.3 À União¹⁷:

h) a realizar o imediato descontingenciamento das verbas existentes no Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e vede à mesma a realização de novos contingenciamentos, até que se reconheça a superação do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro. (ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015).

Pois bem, no dia 27 de agosto de 2015 o Plenário do Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento da cautelar na referida Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Após o voto do relator da ação, o julgamento foi suspenso. Mas a Corte apreciou o pedido de liminar, em sede de tutela provisória, tendo proferido o seguinte¹⁸:

Decisão: O Tribunal, apreciando os pedidos de medida cautelar formulados na inicial, por maioria e nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), deferiu a cautelar em relação à alínea “b”, para determinar aos juízes e tribunais que, **observados os artigos**

¹⁸STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798).

9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, realizem, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contados do momento da prisão, com a ressalva do voto da Ministra Rosa Weber, que acompanhava o Relator, mas com a observância dos prazos fixados pelo CNJ, vencidos, em menor extensão, os Ministros Teori Zavascki e Roberto Barroso, que delegavam ao CNJ a regulamentação sobre o prazo da realização das audiências de custódia; em relação à alínea “h”, por maioria e nos termos do voto do Relator, deferiu a cautelar para determinar à União que libere o saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional para utilização com a finalidade para a qual foi criado, abstendo-se de realizar novos contingenciamentos, vencidos, em menor extensão, os Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber, que fixavam prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta decisão, para que a União procedesse à adequação para o cumprimento do que determinado; indeferiu as cautelares em relação às alíneas “a”, “c” e “d”, vencidos os Ministros Relator, Luiz Fux, Cármen Lúcia e o Presidente, que a deferiam; indeferiu em relação à alínea “e”, vencido, em menor extensão, o Ministro Gilmar Mendes; e, por unanimidade, indeferiu acautelar em relação à alínea “f”; em relação à alínea “g”, por maioria e nos termos do voto do Relator, o Tribunal julgou prejudicada a cautelar, vencidos os Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Celso de Mello, que a deferiam nos termos de seus votos. O Tribunal, por maioria, deferiu a proposta do Ministro Roberto Barroso, ora reajustada, de concessão de cautelar de ofício para que se determine à União e aos Estados, e especificamente ao Estado de São Paulo, que encaminhem ao Supremo Tribunal Federal informações sobre a situação prisional, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), que reajustou seu voto, e os Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e Presidente. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 09.09.2015. (ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015. (Grifo nosso).

Em melhor análise, o Supremo Tribunal Federal, pela primeira vez, reconheceu o chamado Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), tendo concedido, parcialmente, a medida liminar, conferindo apenas os pedidos “b” (audiência de custódia) e “h” (liberação das verbas do FUNPEN).

Em síntese, o relator votou no sentido de determinar aos juízes e tribunais que lancem, em casos de determinação ou manutenção de prisão provisória, a motivação expressa pela qual não aplicam medidas alternativas à privação de liberdade; que passem a realizar, em até 90 dias, audiências de custódia, com o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contados do momento da prisão; que considerem, fundamentadamente, o quadro dramático do sistema penitenciário brasileiro no momento de concessão de cautelares penais, na aplicação da pena e durante o processo de execução penal; e que estabeleçam, quando possível, penas alternativas à prisão.

À União, o relator determina que o Poder Executivo libere o saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, quanto a esta última medida, o Ministro Teori Zavascki¹⁹ entendeu que “aparentemente o problema está na falta de projetos, e não na falta de dinheiro”, portanto deve o mesmo ser utilizado na finalidade para a qual foi criado, abstendo-se o Executivo de realizar novos contingenciamentos. Ainda, o Plenário entendeu que o STF não pode substituir o papel do Legislativo e do Executivo na consecução de suas tarefas próprias. Em outras palavras, o Judiciário deverá superar bloqueios políticos e institucionais sem afastar, porém, esses poderes dos processos de formulação e implementação das soluções necessárias. Nessa senda, não lhe incumbe definir o conteúdo próprio dessas políticas, os detalhes dos meios a serem empregados. Com base nessas considerações, foram indeferidos os pedidos “e” e “f”. Quanto aos pedidos “a”, “c” e “d”, o STF entendeu que seria desnecessário ordenar aos juízes e Tribunais que fizessem isso porque já são deveres impostos a todos os magistrados pela CF/88 e pelas leis.

Tal decisão constitui recente modalidade de ativismo judicial na seara jurídica brasileira, a qual emerge como possível alternativa para implementação de políticas públicas.

Assim explica Carlos Alexandre de Azevedo Campos²⁰:

O ECI funciona como a “senha de acesso” da corte à tutela estrutural: reconhecido o ECI, a corte não desenhará as políticas públicas, e sim afirmará a necessidade urgente que Congresso e Executivo estabeleçam essas políticas, inclusive de natureza orçamentária (...).

A análise do ECI é de suma importância, pois a “judicialização da administração pública” é um panorama novo no qual suas implicações envolvem toda a sociedade. Cumpre ressaltar que este ativismo judicial foi reconhecido pelo STF como conceito jurídico, portanto, é passível de ser suscitado em outras searas.

Dessarte, o ECI gera uma espécie de “litígio estrutural”, sendo que tal situação atinge um número amplo de pessoas, as quais são atingidas por

¹⁹STF. Plenário. *ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio*, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798).

²⁰CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Devemos temer o “estado de coisas inconstitucional”?*, site Consultor Jurídico, em 15 out. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-15/carlos-campos-devemos-temer-estado-coisas-inconstitucional>>. Acesso em 15 de maio 2017.

acentuadas violações de direitos, entende-se que com a ocorrência de litígios dessa espécie, a Corte terá que fixar “remédios estruturais” voltados à formulação e execução de políticas públicas, “manobra” que não seria possível por meio de decisões mais tradicionais, por exemplo, pois o que se vê atualmente é a omissão do poder legislativo. Não obstante, é necessário avaliar qual o “ponto de titulação” ideal, quanto ao emprego do chamado “Estado de Coisas fora do lugar” para que este não seja encarado como uma ameaça ao princípio da separação de poderes.

3 A CRISE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Embora a população carcerária seja execrada pela sociedade, a condição de reclusão não anula seus direitos basilares (não deveria), pois é dever do Estado e direito subjetivo do preso a execução da pena de forma humanizada, com preservação de direitos fundamentais.

3.1 A TRAGÉDIA DO CÁRCERE BRASILEIRO EM DADOS

As prisões brasileiras enfrentam os mesmos problemas dos estabelecimentos prisionais colombianos, tal premissa é verdadeira, ao passo que aqui, da mesma forma que lá, a violência ocorre de forma institucionalizada dentro dos presídios, além de haver uma “cultura de superencarceramento” somada à discriminação de raça e classe, fatores que geram um trágico cenário de omissão estatal.

O sistema prisional experimenta verdadeira ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes, o que representa notória “falha estrutural” gerando ofensa aos direitos dos presos, além da perpetuação e do agravamento da situação. Ressalte-se que mesmo um “observador raso” constatará a debilidade do sistema prisional brasileiro, pois a execução da pena neste País não respeita diversos direitos fundamentais elencados em sua própria constituição, bem como não obedece a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção Americana de Direitos Humanos, entre outros diplomas legais internacionais, além de leis infraconstitucionais como a Lei de Execução Penal (LEP).

É forçoso reconhecer que os cárceres brasileiros, além de não servirem à ressocialização dos apenados, fomentam e fortalecem o crime. A prova da ineficiência do sistema como política de segurança pública está nas altas taxas

de reincidência. E o reincidente passa a cometer crimes ainda mais graves²¹. Segundo relatório divulgado pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (MJ), a população carcerária brasileira chegou a 607.731 pessoas em 2014, número inferior apenas à quantidade de presos nos Estados Unidos, na China e na Rússia. Ainda, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), revelou-se que o número de presos no Brasil aumentou 168% de 2000 a 2014.

O grande número de detentos, em dezembro de 2014, eram 622 mil, quantidade que não foi suportada pelas prisões brasileiras, que, apesar de terem triplicado o número de vagas no período 2000-2014, operaram em permanente superlotação. Hoje, o país teria capacidade de encarcerar 371 mil pessoas, ou seja, há um déficit de 250 mil vagas. Tal crescimento, segundo a fonte, corresponde a um valor dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira. Caso seja mantido esse ritmo de encarceramento, a população prisional do Brasil ultrapassará a marca de um milhão de pessoas, em 2022.²² Neste sentido o Ministro Marco Aurélio observa: “com o déficit prisional ultrapassando a casa das 206 mil vagas, salta aos olhos o problema da superlotação, que pode ser a origem de todos os males”²³.

De posse sobre diferentes bases de dados, destacando-se a da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre a situação dos presídios brasileiros (2007-2009)²⁴ e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é possível apontar de forma robusta, as várias formas de violação de diversos direitos fundamentais dos presos. Segundo os pesquisadores²⁵, a população carcerária, em sua maioria pobre e negra, beira as 570 mil pessoas. sendo a maior parte sujeita às seguintes violações de direitos: superlotação, tortura, homicídios, violência sexual, celas imundas e

²¹ Consoante Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o IPEA (2015).

²² Dados retirados do INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em 10/06/2017.

²³ STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798).

²⁴ CPI do Sistema Carcerário brasileiro. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bd_camara/2701>. Acesso aos 15/06/2017.

²⁵ *Idem*.

insalubres, proliferação de doenças infectocontagiosas, comida intragável, falta de água potável e de produtos higiênicos básicos, corrupção, deficiência no acesso à assistência judiciária, à educação, à saúde e ao trabalho, domínio dos cárceres por organizações criminosas, insuficiência do controle estatal sobre o cumprimento das penas, discriminação social, racial, de gênero e de orientação sexual.

Segundo dados divulgados pelo CNJ, em junho de 2014, havia 563.526 detentos em prisões que podem comportar apenas 357.219 pessoas, o que faz da superlotação o problema mais visível e, talvez, mais impactante.

Conforme entendimento de Campos²⁶ (2016, p.33):

Trata-se de graves deficiências e violações de direitos que se fazem presentes em todas as unidades prisionais da Federação brasileira e podem ser imputadas à responsabilidade dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Segundo, significa dizer: são problemas tanto de formulação e implementação de políticas públicas, quanto de aplicação da lei penal.

A situação dos encarcerados no País mantém relação com diversos fatores, os quais não se resumem somente no que tange ao aumento da criminalidade e ausência de políticas públicas efetivas, é preciso atentar-se ao seguinte: para que o sistema carcerário mergulhasse em tamanho caos, houve a somatória de várias ações ou omissões perpetradas pelo Estado brasileiro - ocorridas reiteradamente nos últimos anos, para que o sistema prisional atingisse tal condição. Releva inferir, que estes não são os únicos fatores que levaram à crise atual; por si só, eles não explicam totalmente o problema, no entanto CAMPOS (2016) ²⁷ buscou enfatizar alguns, como os efeitos da Lei Antidrogas (lei 11.343/06), falta de assistência jurídica, excesso de prisões provisórias, uso de regime fechado mesmo quando há penas alternativas, acentuada violência dentro das prisões e imposição de condições degradantes à existência humana. Desta forma, os próximos parágrafos deste capítulo buscaram ilustrar, através de casos recentes, os fatores apontados pelo autor.

Antes da sanção da lei citada, o país tinha 47 mil presos por tráfico de

²⁶CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Da Inconstitucionalidade por Omissão ao "Estado de Coisas Inconstitucional"*. Rio de Janeiro: UERJ. 2015. 58f. Tese (doutorado em direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. Pág. 31.

²⁷ *Ibidem*. Pág. 34.

entorpecentes. Hoje, a cifra chegou a 138 mil - ou um a cada quatro presos. No caso das mulheres presas, a situação é ainda pior: 64% delas estão ligadas ao tráfico ²⁸. O crescimento de detentos nesse período teria relação com a nova legislação. A nova política de drogas adotada a partir de 2006 trouxe a distinção entre usuário e traficante. O usuário de drogas - que utiliza substâncias ilícitas para seu próprio consumo, sem comercializar - passou a ser condenado a penas leves, como advertência, prestação de serviços comunitários ou medidas educativas. Já o traficante - aquele que pratica atividades relacionadas à produção, distribuição e comercialização das drogas - é condenado de 5 a 15 anos de prisão, mais multa de 500 a 1.500 reais. Segundo CAMPOS (2016, p. 34) boa parte dos custodiados estão reclusos em decorrência de uma lei penal e um judiciário crescentemente encarcerador, especialmente em relação aos delitos envolvendo drogas.

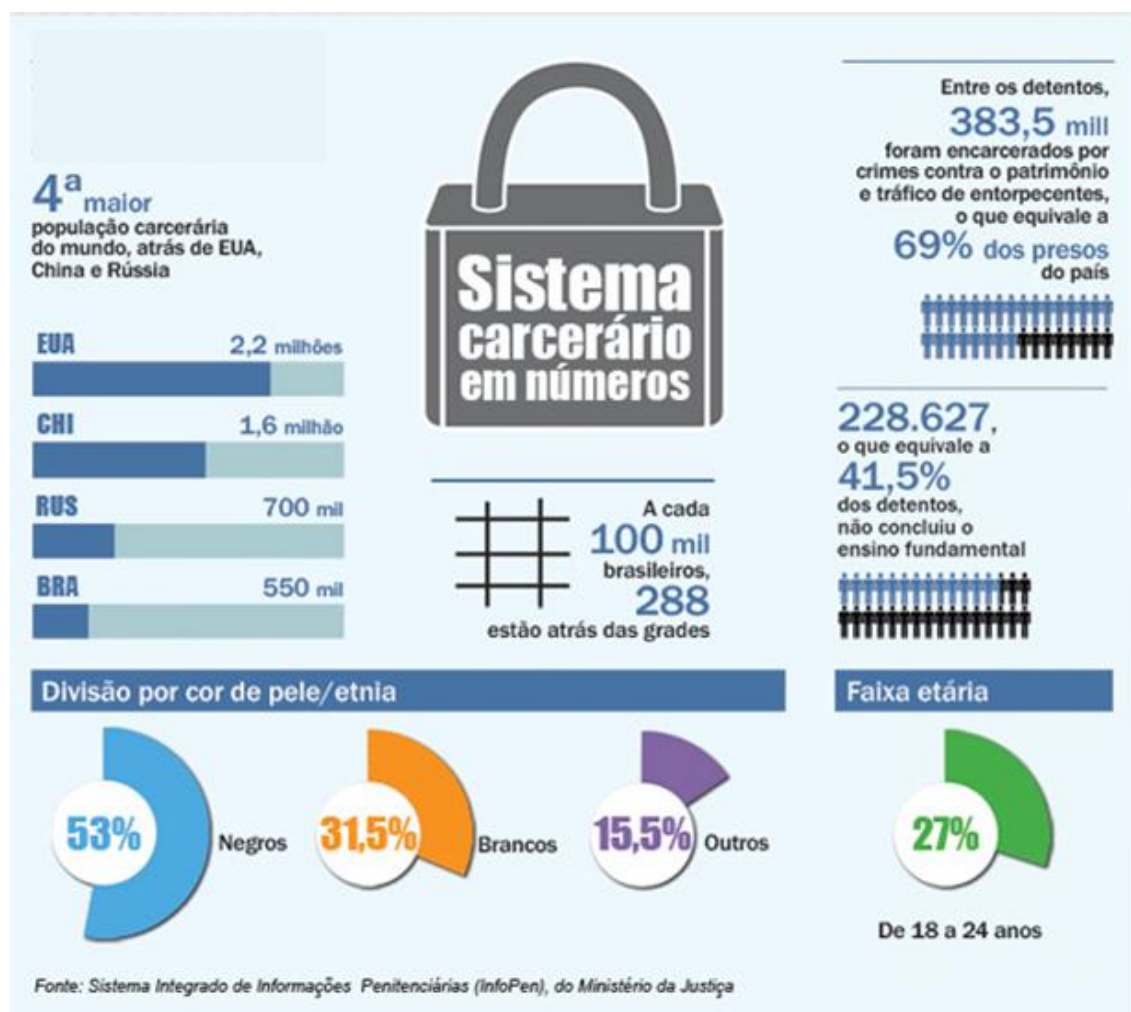
O grande problema é a subjetividade dessa lei, pois a diferença de usuário e traficante é definida pelo juiz, que analisa critérios diferentes, incluindo qual a natureza e a quantidade da substância apreendida com o suspeito, bem como do contexto em que ele foi pego e seus antecedentes. Pequenas quantidades não necessariamente são interpretadas como sinal de que se trata de um usuário, porque isso poderia ser uma brecha na lei; os traficantes passariam a andar com pequenas quantidades de drogas por vez, e assim se livrariam da prisão. Ocorre que muitas pessoas têm sido presas com pequena quantidade de drogas, baseadas apenas no relato do policial e sem contar com advogado no momento da prisão, situação bastante desfavorável ao acusado. Isso aumenta a suspeita de que muitos dos traficantes que lotam as cadeias brasileiras seriam, na verdade, apenas usuários de drogas, contribuindo para a elevada taxa de superlotação prisional brasileira.

Também há o excesso de prisões provisórias, pois dos mais de 600 mil presos no Brasil hoje, cerca de 250 mil, ou 40% do total, são presos provisórios, isto é, quando uma pessoa é presa antes de ser julgada. A maior parte dessas prisões surge depois de uma prisão em flagrante. Prisões em flagrante levam a prisões provisórias em 94,8% dos casos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O INFOPEN revela que 26% desses

²⁸ Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN).

presos ficam detidos por mais de três meses. Há relatos de pessoas que viram o juiz pela primeira vez depois de passar mais de dois meses no cárcere. Esses números demonstram que a prisão provisória tem sido usada mais como regra do que exceção - e que ela se tornou uma forma de antecipar a execução da pena, vale notar que o número de presos provisórios é semelhante ao déficit de vagas, evidentemente, não é possível dar liberdade a todos os detentos nessa condição, mas a revisão desses casos poderia significar um alívio no problema²⁹.

Conforme podemos visualizar abaixo na ilustração com os dados oriundos do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), do Ministério da Justiça:



²⁹ CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Da Inconstitucionalidade por Omissão ao "Estado de Coisas Inconstitucional"*. Rio de Janeiro: UERJ. 2015. 58f. Tese (doutorado em direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. Pag. 34.

Outro agravante são os casos de presos para além do tempo de pena fixado, o que revela a carência de assistência judiciária. Conforme aponta a pesquisa feita pelo CNJ, os mutirões carcerários do Conselho já libertaram, desde 2008, cerca de 41 mil presos que já haviam cumprido pena. Os presos sofrem com a falta de informações sobre seus processos e com a própria deficiência estrutural do Judiciário, que conta com número insuficiente de Varas de Execuções Penais.

A violência generalizada e inobservância de condições mínimas à dignidade humana podem ser constatadas em vários estabelecimentos prisionais do País, por exemplo, os casos³⁰ que ocorreram em cinco das seis unidades que compõem o sistema prisional do Distrito Federal, onde cerca de dois mil detentos foram infectados pelas doenças de pele: escabiose (sarna) e impetigo, com alguns casos de tinea (micose), pitiríase e furunculose. Todas são doenças altamente transmissíveis e, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID), provocam coceira, feridas e bolhas purulentas.

Este é um claro exemplo de que há descumprimento da Lei de Execuções Penais, pois a mesma prevê assistência médica contínua aos internos, o que não vem acontecendo, pois segundo o Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindpen-DF): “o sistema carcerário não consegue oferecer sequer as horas de banho de sol previstas em lei, devido à superlotação”.

Outro exemplo ocorre no sistema prisional do Rio Grande do Sul³¹, pois é corriqueira a situação de presos permanecerem algemados dentro das viaturas policiais e até nas grades do prédio da delegacia de pronto-atendimento de Gravataí, onde quatro viaturas faziam as vezes de “cela” para vinte e sete custodiados.

A grande violência dentro do cárcere³² pode ser aferida pelas recorrentes rebeliões, verdadeiros sinônimos de carnificina, alguns casos

³⁰Doenças de pele infectam mais de 2 mil detentos no Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jul-25/doencas-pele-infectam-mil-detentos-distrito-federal>>. Acesso aos 27/07/2017.

³¹Presos são algemados em carros por causa da superlotação de presídios no RS. Disponível em: <<http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/presos-sao-algemados-em-carros-por-causa-da-superlotacao-de-presidios-no-rs-26072017>>. Acesso aos 27/07/2017.

³²Cf. Algumas das Maiores Rebeliões ocorridas nos Presídios do Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2017/01/1846402-saiba-quais-foram-algumas-das-maiores-rebelioes-em-presidios-do-brasil.shtml>>. Acesso aos 27/07/2017.

ocuparam destaque no noticiário nacional, o primeiro e mais conhecido, ocorrido em 1992: o massacre do Carandiru, em São Paulo, deixou um saldo de 111 mortos, na ocasião forças policiais invadiram o local e mataram cada preso com uma média de cinco tiros, nenhum policial morreu. Os detentos sobreviventes ainda foram obrigados a tirar as roupas e passar por um corredor polonês³³ formado por policiais. Depois, foram convocados para ajudar a empilhar os corpos.

Já as rebeliões ocorridas em Manaus (AM), em janeiro de 2017, duraram uma semana deixando pelo menos 67 mortos. A maior parte morreu após a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim - primeiro, o governo informou que eram 56 mortos, mas uma semana depois, mais três corpos foram encontrados. No dia seguinte, mais quatro detentos morreram na Unidade Prisional de Puraquequara (UPP), também em Manaus. Seis dias depois, uma rebelião na cadeia de Raimundo Vidal Pessoa deixou quatro mortos. O motim foi causado por uma briga entre as facções rivais: Família do Norte e Primeiro Comando da Capital (PCC).

Apenas quatro dias após as rebeliões destas duas penitenciárias de Manaus, outros 33 presos foram assassinados na madrugada do dia 6, desta vez no maior presídio de Roraima, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - o governo divulgou uma lista com 31 mortos, mas encontraram mais dois enterrados no dia seguinte à rebelião.

Já no Presídio de Pedrinhas no Maranhão³⁴, ocorreu o caso mais macabro dentro do sistema prisional, o promotor Câmara Júnior denunciou que detentos torturaram e comeram o fígado de outro preso, tendo ocorrido um ritual canibalístico. Segundo o mesmo, a vítima teve o corpo dividido em 59 fragmentos, sendo que o estado dos restos mortais ficou tão drástico que a identificação só foi possível por causa de uma tatuagem.

O crime ocorreu devido a vítima ter se desentendido com facções criminosas que dominam os presídios, ainda a autoridade afirma que pelo menos dois outros casos de canibalismo foram confirmados dentro do

³³ ou “corredor violento” significa o modo de agredir os inimigos, usando pessoas enfileiradas de modo paralelo. Cf. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/qual-a-origem-da-expressao-8220-corredor-polones-8221/>>. Acesso em: 27/07/2017.

³⁴ Cf. Promotor denuncia caso de canibalismo no Presídio de Pedrinhas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/10/promotor-denuncia-caso-de-canibalismo-no-presidio-de-pedrinhas.html>>. Acesso em: 27/07/2017.

estabelecimento. Ressalte-se que há muita dificuldade em investigar tais casos, pois existe uma "lei do silêncio" imposta por facções criminosas atuantes dentro do sistema prisional, motivo pelo qual os detentos se mantêm receosos ante represálias.

Releva inferir que no início de 2014, a ONU pediu que o Brasil apurasse as recentes violações de direitos humanos e os atos de violência que ocorreram nos presídios do Maranhão, em especial no Complexo de Pedrinhas.

Neste cerne, devido ao desrespeito do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos ou Pacto de *San José da Costa Rica*, este País, no que pertine a não observância de variados direitos: como vida, integridade física, integridade moral, saúde, e outros, vem sofrendo algumas condenações por parte da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a mais recente contenda, que será analisada neste trabalho, refere-se ao caso do Complexo Penitenciário de Curado, denominado Professor Aníbal Bruno ³⁵, localizado na cidade de Recife em Pernambuco, o Complexo é um dos maiores presídios do Brasil.

Em julho de 2015, o local, em tese para presos provisórios, continha mais de 7.000 presos para 1.819 vagas, segundo números oficiais, contando com um número insuficiente de agentes penitenciários. Refletindo uma realidade presente em muitas unidades prisionais brasileiras, através da análise do Complexo, que servirá de exemplar, será possível mensurar a magnitude do Estado de Coisas Inconstitucional dentro dos demais estabelecimentos prisionais brasileiros, de imediato pode-se destacar que o cárcere em epígrafe é marcado por um histórico de violência, tortura, tratamento médico inadequado, superencarceramento, ausência de monitoramento e responsabilização de agentes públicos por eventuais faltas ou ilegalidades.

Os autos³⁵ do processo internacional do Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno) contêm denúncias de 268 casos de violência no presídio (assassinatos, torturas e outros), dentre estes 87 de mortes violentas, 175

³⁵Arquivo Aníbal. *Autos do processo internacional sobre o Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno)*. Disponível em: <<http://arquivoanibal.weebly.com/>>. Acesso aos: 20/06/2017.

casos de denegação de acesso à saúde, 74 mortes não violentas ou por causas desconhecidas, 267 pedidos de assistência jurídica e relatos de que, muitas vezes os próprios familiares assumiam parte das despesas do encarceramento.

Segundo uma coalizão de entidades de direitos humanos formada pela Pastoral Carcerária, o Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (SEMPRI), a Justiça Global e a Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard - responsável por investigar as violações que ali estariam ocorrendo; embora a grande maioria dessas denúncias tenha sido apresentada acompanhada de fotos, vídeos, documentos e outras provas, até hoje nenhum agente público foi responsabilizado judicialmente por atos ou omissões conectados às denúncias.

A citada coalizão de entidades foi responsável por solicitar proteção para as pessoas privadas de liberdade no Aníbal Bruno junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 4 de agosto de 2011, a Comissão emitiu medidas cautelares exigindo ao Estado brasileiro que tomasse todas as medidas necessárias para garantir a vida, integridade pessoal e saúde dos presos. Em 2 de outubro de 2012, a Comissão, a da coalizão, ampliou as medidas para incluir a proteção de visitantes e funcionários da unidade. Convém relatar, que só quem pode levar os casos até a Corte Interamericana é a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou o Estado. As famílias, Organizações Não-Governamentais ou os próprios indivíduos que tiveram os seus direitos violados só podem fazê-lo depois de esgotar as instâncias internas³⁶, após uma longa batalha nacional e internacional por acesso à justiça, tanto formal às instituições judiciais, quanto material como efetivo respeito aos seus direitos (PIOVESAN, 2011, p. 36).

O Complexo ilustra uma crise nacional, na qual o Brasil está trilhando o caminho do encarceramento em massa (superencarceramento), como resultado, uma das principais marcas da realidade prisional brasileira é a

³⁶A respeito, confira-se a Opinião consultiva 11 de 1990, que prevê exceções em caso de medo generalizado e pobreza extrema. Sobre o tema, cf. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A regra do esgotamento dos recursos internos revisitada: desenvolvimentos jurisprudenciais recentes no âmbito da proteção internacional dos direitos humanos*. In: *LiberAmicorum*, Héctor Fix-Zamudio, vol. I. São José da Costa Rica: Corte Interamericana de Direitos Humanos, Unión Europea, 1998.

superlotação dos presídios, com uma taxa de ocupação de 166%. Hoje o País possui uma das maiores populações prisionais do mundo, com aproximadamente 600.000 indivíduos privados de liberdade. O Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária das Nações Unidas estima que 43,5% desses sejam presos provisórios.

À superlotação somam-se condições degradantes de detenção, insalubridade, falta de acesso à água, dentre outras privações - o que exacerba a violência e os riscos à saúde. Em face de tantas violações a direitos humanos, as autoridades estaduais e federais vem falhando em implementar reformas efetivas e em identificar os funcionários e agentes envolvidos.

Dentre a multiplicidade de outros fatores que contribuem para o clima de violência na unidade em análise, o tráfico de facas e outras armas se destaca. A longa lista de vítimas fatais e não fatais por esfaqueamento é prova deste fato. Armas de fogo também chegam a entrar no Complexo Prisional. A corrupção é um elemento central na entrada e circulação de armas e drogas no presídio, colaborando concretamente no incremento do nível geral de violência.

Outro fator agravante é a atuação dos chamados *chaveiros* (representantes ou porteiros), que são presos responsáveis por várias funções de segurança - em relação aos demais companheiros de cárcere, como a abertura e fechamento das celas e divisões internas das unidades. Tais *chaveiros* e seus auxiliares detêm o controle dos pavilhões através do uso da violência, inclusive já foram flagrados portando facas de forma escancarada, há relatos de que os *chaveiros*, em algumas oportunidades, ficavam responsáveis pelo acesso a serviços essenciais, ocasiões em que aproveitam-se para extorquir os demais presos, por exemplo cobrando taxas para a satisfação de necessidades básicas, como dormir em uma cama, ver um médico e comparecer a uma audiência judicial. Ao invés de aumentar o número de agentes penitenciários para o Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno), as autoridades erroneamente delegaram esta função a um número reduzido de presos, incitando e reverberando mais ainda a corrupção e violência.

Nesta esteira, faz mister citar alguns exemplos pontuais presentes nos autos³⁷ do caso Aníbal:

- 1) Rebelião em janeiro de 2015 resultou na morte violenta de um policial militar e dois presos, um dos quais foi esquartejado. (Carta à Corte, jan 2015, p. 1);
- 2) Em 30 de outubro de 2012, um preso teria sido torturado e violado com um cabo de vassoura por agentes penitenciários (Atualização, p.3);
- 3) No dia 19 de outubro de 2012, um preso teria sido espancado até a morte por outro em uma das subunidades do Aníbal Bruno (Atualização, p. 2) ;
- 4) Um preso declarou ter perdido sua visão depois de ter sido atingido nos olhos por spray de pimenta e não ter recebido nenhum tipo de tratamento médico. O resultado foi a cegueira permanente (1º Contrainforme, p. 18-19);
- 5) Outro preso ficou paraplégico após um acidente ocorrido na prisão. Não vinha recebendo nenhum tipo de atenção especial no seu cotidiano, sendo obrigado a pagar a outros prisioneiros para que o ajudassem a usar o banheiro e se locomover na unidade (4º Contrainforme, p. 99-100);
- 6) Em outubro de 2014, um preso relatou ter sido mordido por dois cachorros *rottweiler* com a participação do *chaveiro* (1º Relatório dos Representes dos Beneficiários à Corte, p. 34).

O problema da detenção arbitrária é uma constante no Brasil, como fica comprovado pelos resultados dos mutirões realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2014, o CNJ realizou um mutirão no Aníbal Bruno e encontrou 540 presos que não deveriam estar lá. Estas solturas e transferências de presos em massa em Pernambuco refletem a falta de monitoramento efetivo por parte do Estado quanto ao sistema prisional. Muitos presos são esquecidos em prisões violentas como o Aníbal Bruno sem nenhum recurso legal para proteger seus direitos fundamentais a vida, liberdade e integridade pessoal.

Assim, abaixo alguns exemplos pontuais presentes nos autos do caso Aníbal³⁸:

- 1) Um preso foi solto quase 10 anos após já ter cumprido toda a sua sentença. Ele terminou de cumprir sua sentença em 2004, porém, sem assistência jurídica, foi esquecido no Aníbal Bruno. Solicitou aos Representantes dos Beneficiários que incidissem para lhe garantir assistência jurídica, durante visita realizada em abril de 2013 - a

³⁷ Cf. Arquivo Aníbal. Autos do processo internacional sobre o Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno). Disponível em: <<http://arquivoanibal.weebly.com/>>. Acesso aos: 20/06/2017.

³⁸ *Idem*.

informação foi repassada prontamente ao Estado. Finalmente, depois de ter perdido dez anos de sua vida dentro do Aníbal Bruno, ele foi solto em 2014 (1º Relatório dos Representes dos Beneficiários à Corte, p. 23);

2) Outro preso foi originalmente sentenciado no regime semiaberto, porém foi equivocadamente enviado para o Aníbal Bruno. Ele permaneceu preso na unidade durante sete anos após o fim do cumprimento da sua sentença. Analfabeto e sem assistência jurídica, ele não sabia que já havia cumprido seu tempo de cadeia. Nas palavras dele: "Eu não sei ler. Algumas pessoas me disseram que foi um erro. Eu recebi um monte de documentos enquanto estava na prisão e eu sempre entreguei para a Administração." (1º Relatório dos Representes dos Beneficiários à Corte, p. 28);

3) Dois presos do Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno) passaram quase nove anos sob custódia - de dezembro de 2000 até setembro de 2009 - antes de obterem uma sentença. (1º Relatório dos Representes dos Beneficiários à Corte, p. 30).

Como resultado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos começou a monitorar o Complexo Aníbal Bruno em 2011. Durante quatro anos, a coalizão catalogou violações à dignidade humana dos presos, funcionários e visitantes do Complexo. Um preso, por exemplo, relatou em fevereiro de 2015 que, em função da superlotação, dormia amarrado às barras que revestem a cela, por meio de uma rede improvisada. Conclui-se que o encarceramento de mais de 7 mil indivíduos em um espaço com capacidade para menos de 1,9 mil pessoas é reflexo não somente da situação calamitosa do sistema prisional pernambucano, que possui uma das piores taxas de encarceramento no Brasil, mas também de uma realidade prisional nacional que historicamente encarcera violando direitos.

A Corte IDH, através de uma resolução em 22 de maio de 2014, determinou a obrigação de o Estado brasileiro assegurar de forma imediata as medidas que fossem necessárias para garantir a vida e a integridade física das pessoas privadas de liberdade, assim como de qualquer pessoa no estabelecimento, como agentes penitenciários, funcionários e visitantes.

Em sua decisão a Corte Enfatizou as deficiências das condições de segurança e o controle interno do Complexo de Curado, considerando imprescindível por parte do Estado a adoção de medidas de curto, médio e longo prazo, são as seguintes: (i) elaborar e implementar um plano de emergência a respeito da atenção médica, em particular aos reclusos portadores de doenças contagiosas e tomar medidas para evitar a propagação das enfermidades (segundo relatório dos autos esta medida foi cumprida de

forma incompleta); (ii) elaborar e implementar um plano de urgência para diminuir a situação de superpopulação do cárcere de Curado (segundo relatório dos autos esta medida foi descumprida); (iii) eliminar a presença de armas de qualquer tipo dentro do Complexo de Curado (segundo relatório dos autos esta medida foi descumprida); (iv) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicitou expressamente ao Estado que eliminasse o sistema dos *chaveiros* e garantisse que fossem os agentes penitenciários - e não os próprios presos - aqueles responsáveis pelas funções internas de segurança (segundo relatório dos autos os *chaveiros* continuam); (v) eliminar a prática de revistas humilhantes que afetem a intimidade e dignidade dos visitantes (segundo relatório dos autos esta medida foi cumprida).

Todos os fatores relatados conduzem às altas taxas de reincidência criminal, de acordo com o relatório de reincidência, divulgado pelo IPEA em 2015, um a cada quatro dos ex- condenados no país volta a ser condenado por algum crime em menos de cinco anos, o que representa uma taxa de reincidência de 24,4%. Além das taxas de reincidência, o relatório do IPEA mostra também o perfil das pessoas consideradas reincidentes no país, são: jovens, do gênero masculino e com baixa escolaridade.

Após a explanação, pode-se concluir que com cadeias precárias e superlotadas, é praticamente impossível pensar em políticas de ressocialização de presos no Brasil. Nesses ambientes insalubres, o crime organizado encontra espaço para se fortalecer e desenvolver suas atividades. É das cadeias que facções têm planejado e comandado a venda e distribuição de drogas. As prisões também são oportunidades de aliciamento de novos traficantes. Isso porque a superlotação das unidades prisionais brasileiras faz com que réus primários acabem convivendo com presos de alta periculosidade, o que facilita o contato de novos presos com as facções criminosas.

Quando o Estado falha em promover condições dignas de sobrevivência dentro das prisões, as facções fazem o papel de oferecer segurança aos novos presos que, para garantir sua própria sobrevivência, acabam se submetendo à hierarquia das gangues presentes nos presídios. No momento em que tais pessoas deixam o cárcere, voltam ainda piores para o convívio social. Assim,

nas palavras de Campos³⁹ “os presídios brasileiros servem para aumentar a criminalidade dos pequenos delinquentes: entram pequenos ladrões, saem monstros”.

Traduzindo o objetivo deste capítulo tem-se a declaração de José Eduardo Cardozo⁴⁰, que em 2012 - na época ministro da Justiça, em uma palestra se referiu à vida nas cadeias como desrespeitosa, degradante e não dignificante, senão vejamos:

Infelizmente, os presídios no Brasil ainda são medievais. E as condições dentro dos presídios brasileiros ainda precisam ser muito melhoradas. Entre passar anos num presídio do Brasil e perder a vida, talvez eu preferisse perder a vida, porque não há nada mais degradante para um ser humano do que ser violado em seus direitos humanos.

De fato, o quadro explicitado revela um assustador Estado de Coisas Inconstitucional provocado pela falência do sistema prisional brasileiro, provocando o aumento exponencial da violência e criminalidade. Como conclui Barcellos⁴¹ “o tratamento desumano conferido aos presos não é um problema apenas dos presos: a sociedade livre recebe os reflexos dessa política sob a forma de mais violência”.

No mesmo entendimento, o Ministro Marco Aurélio⁴² pontua que “a situação é, em síntese, assustadora: dentro dos presídios, violações sistemáticas de direitos humanos; fora deles, aumento da criminalidade e da insegurança social”.

Assim, é preciso que a sociedade perceba a crise do sistema prisional como um problema de segurança pública, uma vez que tal crise não se restringe à população carcerária; é preciso reconhecer as violações de direitos humanos no interior dos presídios, como um multiplicador a elevar os índices de violência e criminalidade dentro e fora da prisão, ou seja, o ECI presente no

³⁹ CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Da Inconstitucionalidade por Omissão ao “Estado de Coisas Inconstitucional”*. Rio de Janeiro: UERJ. 2015. 58f. Tese (doutorado em direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. Pag. 35.

⁴⁰ Cf. Ministro diz que prefere morrer a passar anos em cadeias brasileiras. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-diz-que-prefere-morrer-passar-anos-em-cadeias-brasileiras-6718740>>. Acesso aos 20/07/2017.

⁴¹ BARCELLOS, Ana Paula de. *Violência urbana, condições das prisões e dignidade humana*. Revista de Direito Administrativo Nº 254, 2010 (Biblioteca Digital Fórum de Direito Público).

⁴² STF. Plenário. *ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio*, julgado em 09/09/2015. (Informativo 798).

cárcere brasileiro atinge a todos, pois o apenado não retoma o convívio social ressocializado, o que se vê é um “círculo vicioso”, em que “prender” não resolve, é necessário um trabalho complexo por parte do Estado, executando políticas públicas à altura que sejam capazes de reverter o caso.

4 DA INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO AO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

O sistema carcerário brasileiro é exemplo de um estado de coisas inconstitucional que requer intervenção judicial da espécie. A respeito do tema a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministra Cármen Lúcia⁴³, afirmou o seguinte: "não são condições de degradação, são de não humanidade, não se aboletam nem bichos do jeito que tenho visto por onde eu tenho passado", ainda, destaca que os presidiários não perdem os direitos humanos durante o cumprimento de suas penas. "Todo ser humano é maior do que o seu erro."

4.1 A INOBSERVÂNCIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Conforme o exposto as penas privativas de liberdade aplicadas nos presídios acabam sendo penas cruéis e desumanas. Nesta esteira, a situação é caótica por omissão dos agentes da federação, a pesar do Brasil ser signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos e ter uma excelente Lei de Execuções Penais de nada adianta, em face da inobservância de tais normas pelo poder público, o resultado é a violação massiva e reiterada dos fundamentais no ambiente carcerário.

Em que pese o relatado, não cabe confundir o Estado de Coisas Inconstitucional com as omissões inconstitucionais de caráter exclusivamente normativo. No ECI, mais do que a inércia do órgão encarregado de providenciar um ato normativo requerido pela Constituição, manifesta-se uma situação fática, um determinado "estado de coisas" estruturalmente relevante, reclamando combate por meio de um conjunto de providências, materiais e jurídicas, que possam dar cabo à contínua e sistemática violação de direitos.

⁴³ Cf. Todo ser humano é maior do que seu erro, diz Cármen Lúcia sobre presos no País. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-06/todo-ser-humano-e-maior-do-que-seu-erro-diz-carmen-lucia-sobre-presos-no-pais>> Acesso em: 20/06/2017.

Diante disso, a natureza complexa do problema desafia uma atuação judicial diferenciada, sendo insuficiente um agir solitário do Judiciário com medidas tradicionais. Na maioria das vezes, o procedimento do ECI vai demandar a manufatura de políticas públicas que só podem ser construídas com a participação ativa dos demais Poderes no processo. De modo que uma postura dialógica, com a definição comum, pelas autoridades implicadas, de metas e de indicadores objetivos e precisos no desenvolvimento prolongado de respostas ao problema é de todo recomendada.

Os direitos fundamentais⁴⁴ são uma conquista do mundo moderno, deste modo, o Estado deve tomar decisões voltadas a observar a dignidade da pessoa humana e garantir o cumprimento de direitos basilares. Não por acaso, os direitos fundamentais são supremos, encontram-se acima de quaisquer outros, sendo-lhes incumbida, por consequência, a função de parâmetro à constitucionalidade de todos os demais direitos contidos no ordenamento. Tal é sua ordem de grandeza que o ordenamento lhes confere aplicação direta e imediata, gerando a necessidade de rigidez constitucional para sua proteção e conservação, em suas dimensões, objetiva e subjetiva. Uma vez positivados, esses valores possuem força normativa, além de eficácia horizontal e vertical, devendo ser hierarquicamente respeitados.

Os fundamentos da República convergem para a proteção dos direitos humanos⁴⁵. Por exemplo, a dignidade da pessoa humana (prevista no art. 1º, III, CF) consiste na qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência. Trata-se de atributo que todo indivíduo possui, inerente à sua condição humana, não importando nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo, entre outros fatores de distinção. Novamente, esse fundamento da República converge para a proteção de direitos humanos, que é indispensável para o Estado Democrático de Direito brasileiro.

Por isso, mesmo quando estiver preso ou internado o indivíduo deve

⁴⁴ JUNIOR, Dirley da. *Controle Judicial da Omissão do Poder Público: em busca de uma dogmática constitucional transformadora à luz do direito fundamental à efetivação da constituição*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004, p.122.

⁴⁵ Ramos, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. 4. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017, p. 504.

permanecer no gozo de seus direitos fundamentais, inclusive a Lei de Execuções Penais ⁴⁶ prevê que o cidadão brasileiro, deve receber assistência material, que inclui fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas, também tem direito a estabelecimento com instalações e serviços que o atendam nas suas necessidades pessoais, e acesso a locais de venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração. O que se vê, no entanto, é que nem mesmo há o adequado alojamento dos presos, uma vez que não se verifica o efetivo cumprimento da norma que determina a separação entre presos provisórios e condenados.

A respeito desta temática, Marcos Rolim⁴⁷ pontua o seguinte:

O Estado abdicou da Execução Penal. Os governantes e a opinião pública não se preocupam com a execução penal nem com o processo de estigmatização posterior que impedirá que os egressos tenham o direito a uma vida produtiva e legal.

Assim, o governo preocupa-se em criar essencialmente uma conduta repressiva, como aumento das penas, novos tipos penais, aumento dos investimentos nas forças policiais e construção de novos presídios, tal demanda repressiva, segundo o autor,⁴⁸ tem articulado um discurso anti-humanista, ou seja, a sociedade passou estigmatizar os direitos humanos e os princípios do garantismo penal, os quais são encarados erroneamente como “aliados do crime” ou como “fraquezas” das quais só se aproveitam “bandidos”.

Tal discurso, é que tem sido o responsável pela gravidade da situação, pois atendendo “as massas”, o governo apenas cuidou-se em repreender, ao invés de enfrentar a fonte de tais práticas violentas, bem como desenvolver um sistema prisional que seja socialmente útil.

⁴⁶ Lei de Execuções Penais, artigos 12 e 13.

⁴⁷ Brasil Direitos Humanos, 2008: *A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal*.- Brasília: SEDH. Pág. 275.

⁴⁸ *Ibidem*. Pág. 277.

4.2 O ATIVISMO JUDICIAL COMO ALTERNATIVA AO “ESTADO DE COISAS FORA DO LUGAR”

No Brasil vigora o princípio da separação dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), como a base para se constituir em um Estado democrático de direito, de forma que os três poderes devem ser independentes e harmônicos entre si. No entanto, de acordo com o Direito Internacional, a responsabilidade pelas violações de direitos humanos é sempre da união, que dispõe de personalidade jurídica na ordem internacional.

Nesse sentido, consoante entendimento de Piovesan⁴⁹ o princípio da separação de poderes não pode ser invocado para afastar a responsabilidade da União, em relação à violação de obrigações contraídas no âmbito internacional. Portanto, não faz qualquer diferença se o órgão é parte do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Não importa ainda se o órgão tem, ou não, qualquer responsabilidade em política internacional, pois um Estado Federal é responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes de tratados no âmbito de seu território inteiro, independentemente das divisões internas de poder.

O reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional trata-se, sem dúvida, de exemplo de ativismo judicial em sua dimensão estrutural. Todavia, consoante entendimento de Campos⁵⁰ esse comportamento judicial pode ser legítimo se presentes os pressupostos próprios do estado de coisas inconstitucional e o Tribunal formular decisões flexíveis, determinando a formulação e implementação de políticas públicas, mas deixando aos poderes políticos a tarefa de definir o conteúdo e os meios dessas políticas.

Noutras palavras, o ativismo judicial não afronta o Estado Democrático de Direito, desde que, em suas múltiplas ingerências na arena dos demais Poderes, o Judiciário se mantenha atento à legalidade e garanta de forma principal os preceitos constitucionais. O mencionado autor pontua que

⁴⁹ PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o Direito Constitucional internacional*. 12^o Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág.186.

⁵⁰ CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Da Inconstitucionalidade por Omissão ao “Estado de Coisas Inconstitucional”*. Rio de Janeiro: UERJ. 2015. 58f. Tese (doutorado em direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. Pág. 52.

inobstante o déficit democrático do Judiciário, a ele compete, sim, o papel de desvelar e, consequentemente validar a real vontade da lei. Desta forma, a intervenção judicial é necessária diante da incapacidade demonstrada pelas instituições legislativas e administrativas frente às mazelas do sistema prisional.

Noutro giro, o Estado não pode eximir-se de suas obrigações suscitando o princípio da "reserva de cofres públicos" ou "reserva do possível" como óbice a justificar sua limitada atuação, no que tange a criação de políticas públicas que revertam a crise penitenciária.⁵¹ Se assim fosse, não haveria maneira para se impor ao Poder Público a obrigação de atuar, pois haveria restrições de ordem material e, especialmente, orçamentárias o impedindo de agir. Não obstante, embora se reconheça a importância da cláusula de reserva do possível como limitador à atuação jurisdicional na implementação de políticas públicas, deve-se notar que este elemento não pode ser considerado como obstáculo absoluto. Conquanto os limites orçamentários possam constituir elemento de preocupação na imposição de políticas públicas ao Estado, tais políticas, muitas vezes, realizam garantias fundamentais, a cuja concretização se comprometeu o próprio Estado em seu estatuto constitucional.

Diante disso, considerando que tais políticas, muitas vezes, revelam a efetivação de garantias previstas na Constituição da República, a determinação magna, não permite anular preceitos consagradores de direitos fundamentais para o Poder Público. Na realidade, impende lembrar que os direitos fundamentais admitem concreção gradual, de forma que podem ser implementados paulatinamente, segundo as possibilidades de cada Estado⁵². Esta implementação gradual, todavia, não pode autorizar que, sob o pretexto da indisponibilidade financeira do Estado, possa este furtar-se de realizar o mínimo cabível, dentro da exigência razoável que suas condições autorizariam.

De toda forma, sempre será necessário preservar o núcleo essencial dos direitos fundamentais em questão, já que isso constitui uma das premissas da proporcionalidade. Assim, mesmo diante da "reserva do possível", jamais será

⁵¹ CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Da Inconstitucionalidade por Omissão ao "Estado de Coisas Inconstitucional"*. Rio de Janeiro: UERJ. 2015. 58f. Tese (doutorado em direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Pág. 87

⁵² PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o Direito Constitucional internacional*. 12º Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 208.

admissível que o Estado abandone simplesmente um interesse fundamental. Sempre será exigível – ainda diante da reserva do possível – a preservação de um mínimo vital (direito fundamental mínimo), correspondente ao mínimo razoavelmente exigível para a satisfação de uma vida digna.

Ademais, a existência de reflexo financeiro para o Estado, não é suficiente para negar existência (e força vinculante) para direitos fundamentais. Se estes postulados foram fixados pelo constituinte, como garantias fundamentais, o critério financeiro do Estado deve assumir importância secundária. Não fosse assim, em tempos de crise econômica seria perfeitamente justificável o aniquilamento de direitos fundamentais.

Sempre, pois, será possível o controle judicial das políticas públicas – mesmo diante da reserva do possível – quando se tratar de garantir direitos fundamentais mínimos.

Acrescente-se que, o Supremo Tribunal Federal possui julgado no sentido de que:

A cláusula da reserva do possível – ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível – não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade. O caráter programático das regras inscritas no texto da Carta Política não pode converter-se em promessa constitucional incoerente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira legítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado (RTJ nº 175/1212-1213, Rel. Min. Celso de Mello).

Importante assinalar que, ante o reconhecimento da complexidade da situação carcerária, a Corte não mais se dirige a resolver problemas particulares, a assegurar direitos específicos de demandantes, e sim a proteger a dimensão objetiva dos direitos fundamentais em risco. Tal ativismo possui como desiderato solucionar o “litígio estrutural” presente, que é caracterizado pelo alcance a número amplo de pessoas, a várias entidades e por implicar ordens de execução complexa.

Tal realidade autorizaria uma “intervenção estrutural”⁵³ do Poder Judiciário, máxime de cortes constitucionais, sobre políticas públicas e alocação de recursos econômicos. O juiz constitucional depara-se com uma realidade social necessitada de transformação urgente e, ao mesmo tempo, com falhas estruturais e impasses políticos que implicam, além do estado inconstitucional em si mesmo, a improbabilidade de o governo superar esse estágio de coisas contrário ao sistema de direitos fundamentais sem que o seja a partir de uma forte e ampla intervenção judicial.

Para enfrentar litígio da espécie, juízes constitucionais acabam fixando “remédios estruturais”, voltados ao redimensionamento dos ciclos de formulação e execução de políticas públicas, o que não seria possível por meio de decisões mais tradicionais. A omissão dos poderes, inclusive a inércia legislativa, acaba promovendo e agravando graves violações a direitos fundamentais o que requer, o aperfeiçoamento da modelagem institucional necessária à pretendida implementação de políticas públicas que ensejem a efetivação de direitos fundamentais.

Dessa forma, Campos⁵⁴ arremata o tema ao destacar ser “preciso o reconhecimento do potencial papel das Cortes Constitucionais como agente institucional de mudança social”. Daí extrai-se que o ativismo pode se mostrar como instrumento para a concreção de direitos fundamentais. De forma que, ainda há tempo de se “recolocar” o Estado de Coisas Inconstitucional em seu devido lugar, tendo em vista a pendência do julgamento do mérito da respectiva ADPF 347, pois não é possível alcançar os objetivos aptos a superarem o quadro de inconstitucionalidades, por meio dos instrumentos tradicionais de jurisdição constitucional.

Não obstante, o ECI no âmbito do Supremo Tribunal Federal, deverá assumir configuração particular e caráter de instrumental excedente, de uso pontual nos episódios de violação sistêmica dos direitos fundamentais.

⁵³ Sobre o conceito de “ativismo judicial estrutural”, cf. CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Dimensões do Ativismo Judicial do STF*. Rio de Janeiro: Forense, 2014, pág. 314-322.

⁵⁴ Sobre o ativismo judicial estrutural dialógico praticado nos casos de estado de coisas inconstitucional, cf. CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Da Inconstitucionalidade por Omissão ao “Estado de Coisas Inconstitucional”*. Rio de Janeiro: UERJ. 2015. 58f. Tese (doutorado em direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. Pág. 516-520.

Sem embargo, Campos⁵⁵ preceitua que as cortes devem ser cientes das próprias limitações. Devem saber que não podem resolver o quadro atuando isoladamente, e que de nada adiantará proferirem decisões impossíveis de serem cumpridas. Cortes devem adotar ordens flexíveis e monitorar a sua execução, em vez de adotar ordens rígidas e se afastar da fase de implementação das medidas. Em vez de supremacia judicial, as cortes devem abrir e manter o diálogo com as demais instituições em torno das melhores soluções. O ativismo judicial é estrutural, mas pode e deve ser dialógico.

Observa-se que ativismo judicial não se trata de escolha deliberada das cortes, tendo em vista que o judiciário só é levado a agir dessa forma quando há conflitos cruciais que o legitimem. Portanto, segundo Barroso⁵⁶, as cortes não decidem livremente conforme suas vontades ocasionais, sem vínculo aos textos legais e a outras determinantes judiciais – como os precedentes. Isso é inadmissível e importaria negar valores caros do Estado de direito, é tão improdutivo conceber as cortes constitucionais como órgãos puramente judiciais quanto obscuro compreendê-las como órgãos simplesmente políticos.

Na realidade, o que se quer dizer é que as cortes constitucionais contemporâneas atuam em busca de um “equilíbrio apropriado” entre função judicial e função política, buscando reverter a omissão dos demais poderes.

Não há como afirmar precipuamente que uma decisão judicial ativista⁵⁷ é uma decisão legítima ou ilegítima, pois isso dependerá, em cada caso concreto, da conformidade do exercício do poder judicial com os limites institucionais que são impostos pela respectiva constituição e pelas diferentes variáveis políticas e sociais presentes.

O Supremo, consoante destaca o relator – Ministro Marco Aurélio⁵⁸, realizou ativismo ao reconhecer o ECI na seara constitucional brasileira, mas tal decisão, buscou defender a efetivação de direitos fundamentais, a respeito do sistema prisional brasileiro: “ocorre violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade. O quadro é geral, devendo ser reconhecida a inequívoca falência do sistema”.

⁵⁵ *Ibidem*. Pag. 109.

⁵⁶ BARROSO, Luís Roberto. *Judicialização, Ativismo judicial e Legitimidade Democrática*. Revista de Direito do Estado V. 13, Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 75.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798).

Assim o propósito é enfrentar a crise no sistema prisional, sendo necessário exigir do Estado o cumprimento de prestações positivas em torno dos direitos sociais e em favor dos hipossuficientes; consequentemente dialogando ativamente nas escolhas dos outros poderes ou suprindo-lhes a “proteção insuficiente” no âmbito de suas políticas públicas sociais.

Por fim, demonstra-se de forma sobejada ser papel do Supremo - diante do fiasco em que se encontra o sistema carcerário, a retirada das demais autoridades públicas do estado de letargia, o que será alcançado no momento em que o STF provocar a formulação de novas políticas públicas, aumentando a deliberação política e social sobre a matéria e monitorando o sucesso da implementação das providências escolhidas, com vias a assegurar a efetividade prática das soluções que forem propostas. Pois nas palavras do relator⁵⁹ “Ordens flexíveis sob monitoramento previnem a supremacia judicial e, ao mesmo tempo, promovem a integração institucional”.

⁵⁹ STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende o STF, em reconhecendo o ECI no sistema prisional, interferir na criação e implementação de políticas públicas, em alocações orçamentárias e na interpretação e aplicação da ordem processual penal, visando reduzir os problemas da superlotação dos presídios e das condições degradantes do encarceramento. Assim, a intervenção judicial, realizada quando da declaração do estado de coisas inconstitucional, caracteriza-se como ativismo judicial estrutural e, satisfeitos requisitos próprios e não implicando supremacia judicial, revela-se postura judicial legítima. Dirigida a superar omissões estatais, a começar pela formulação deficiente de políticas públicas, juízes e cortes procuram defender a ideia de Constituição como um todo, o projeto constitucional originário - frise-se que o STF ocupa o posto de guardião da Constituição Federal. Portanto a preocupação é com a efetividade dos direitos fundamentais, com a proteção deficiente de direitos constitucionais envolvidos.

Apesar de existir legislação que assegure direitos básicos aos presos, essa não é observada, acabando por resultar, concretamente, em proteção deficiente. Por outro lado, nada é feito para modificar esse quadro. Nos três níveis federativos, não há políticas públicas capazes de reduzir a violação massiva dos direitos fundamentais dos presos, nem mesmo vontade política para fazê-lo. Falhas estruturais tanto promovem como agravam a situação inconstitucional. Esse é o cenário para a introdução no Brasil da atuação estrutural do Supremo voltada a superar hipóteses de estado de coisas inconstitucional.

No entanto, o Brasil não pode cometer o mesmo erro da CCC quando a mesma se pronunciou a respeito do ECI nos presídios daquele país, pois a Corte colombiana proferiu ordens pouco flexíveis, que não alcançaram sucesso, principalmente devido a falta de monitoramento, pela própria Corte, na fase de implementação da decisão que proferiu.

O erro colombiano foi acreditar que sua autoridade contida nas decisões, por si só, seriam o suficiente para que os órgãos públicos cumprissem efetivamente com as medidas ordenadas. A Corte pouco se

preocupou com a real impossibilidade de as autoridades públicas cumprirem as ordens. Faltou diálogo em torno de como melhor realizar as decisões, não tendo sido retida jurisdição sobre a execução das medidas.

Todavia, no caso do deslocamento forçado de pessoas em razão da violência urbana do país, ocorrido posteriormente, a Corte não voltou a cometer tais erros, pois identificou o insucesso, diagnosticou os erros e avançou nova postura mais dialógica e factível ao sucesso, pois decisões dessa natureza, nada tradicionais, não nascem prontas, são aprimoradas com o tempo e uso.

O voto do relator da ADPF 347, ministro Marco Aurélio, faz clara opção pela via dialógica do instituto: propôs que o STF interfira na formulação e implementação de políticas públicas e em escolhas orçamentárias, mas mediante ordens flexíveis seguidas de monitoramento da execução das medidas. A proposta não lança o Tribunal a um “estado de arrogância institucional”, muito ao contrário, a opção é pelo caminho da interação institucional em torno de um objetivo comum. Optou, portanto, pela forma de atuação que deu certo, e não a que fracassou. É o que se espera de uma corte constitucional em casos que apresentam quadro tão acentuado de violações de direitos.

Por fim, o Supremo deve proferir ordens flexíveis, que deixem espaço decisório próprio ao aparato político e administrativo dos Poderes Executivo e Legislativo, mas que sejam capazes de coordenar as ações desses poderes dentro dos parâmetros acima apontados. A complexidade das ordens será inevitável, proporcional ao tamanho do problema.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Devemos temer o "estado de coisas inconstitucional"?*, Consultor Jurídico, São Paulo, 15 out 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-15/carlos-campos-devemos-temer-estado-coisas-inconstitucional>>. Acesso em 15 maio 2017;

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Dimensões do ativismo judicial do STF*. Rio de Janeiro: Forense, 2014;

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *O Estado de Coisas Inconstitucional*. 1ªed.Salvador,Juspodivm,2016;

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Estado de Coisas Inconstitucional e litígio estrutural*, Consultor Jurídico, São Paulo, 01 setembro 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>>. Acesso em: 15 de maio de 2017;

CANÇADO, Antônio Augusto Trindade. *A regra do esgotamento dos recursos internos revisitada: desenvolvimentos jurisprudenciais recentes no âmbito da proteção internacional dos direitos humanos*. In: *Liber Amicorum, Héctor Fix-Zamudio*, vol. I. São José da Costa Rica: Corte Interamericana de Derechos Humanos, Unión Europea, 1998;

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Informativo 798 esquematizado*. Disponível em: <<https://dizerodireitodotnet.files.wordpress.com/2015/09/info-798-stf.pdf>>. Acesso em 15 maio 2017;

DE GIORGI, Raffaele; FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso. *Estado de coisas inconstitucional*. Estadão, São Paulo, 19 set 2015. Disponível em:<<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,estado-de-coisas-inconstitucional,10000000043>>. Acesso em 15 maio 2017;

____. *Dimensões do ativismo judicial do STF*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PIOVESAN, Flávia. *Proteção Judicial Contra Omissões Legislativas. Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão e Mandado de Injunção*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2003;

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o Direito Constitucional internacional*. 12º Ed. São Paulo:Saraiva, 2011;

PIOVESAN, Flávia. *Proteção judicial contra omissões legislativas – Ação direta de inconstitucionalidade e mandado de injunção*. 2ª ed. rev. Atual. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008;

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. 4. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017;

_____.*Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2013 - A ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. New York: ONU, 2013.
Disponível em:<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200012.html>>. Acesso em 13 de maio de 2017;

STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015 (Informativo 798);

VIEIRA, José Ribas, e BEZERRA, Rafael. *Estado de Coisas Fora do Lugar (?)*. Coluna OJB/UFRJ, em 5 out. 2015. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/estado-de-coisas-fora-lugar-05102015>>. Acesso em 15 maio de 2017;

VIEIRA, José Ribas; LACOMBE, Margarida; LEGALE, Siddharta (Coord.). *Jurisdição constitucional e direito constitucional internacional*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 250 p. ISBN 978-85-450-0196-6. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br>>. Acesso em 10 maio 2017.